

Uma espera que pode ficar muito difícil

Depois de tantas marchas e contramarchas nas negociações com nossos credores estrangeiros, caímos num estranho período de espera no qual é muito difícil formular prognósticos.

Teoricamente estamos aguardando apenas o processamento burocrático, pelo FMI, do novo programa de "ajuste" econômico que apresentamos à entidade, para que seja liberada nova parcela do empréstimo, com a qual pagaremos então o que devemos ao BIS e poderemos dar início a um programa também novo de acerto de contas com os credores particulares.

Tudo isso, na opinião das autoridades, seria pura rotina a ser completada mais cedo ou mais tarde em termos positivos.

As coisas, todavia, não nos parecem tão simples assim. Em primeiro lugar notamos que o presidente do Banco Central, Carlos Langoni, voltou dos EUA em profundo silêncio, mas, certamente, sem considerar cumprida sua missão. Aliás, antes de embarcar para o Brasil, numa entrevista concedida lá mesmo, não chegou a demonstrar muito otimismo. E, de outro lado, não iniciou as negociações com os credores particulares para elaboração de um novo programa de ajuda financeira, ao contrário do que se previa.

O que nos parece correto presumir é que o prof. Langoni tenha encontrado, entre seus interlocutores, o desejo de deixar as coisas em banho-maria, dar tempo ao tempo — como se diz — para avaliar se as condições políticas internas permitirão ao governo brasileiro engajar-se com empenho no novo programa de "ajuste".

Na semana passada, com uma aberta ameaça de greve geral, era evidente que a situação política interna revelava fluidez pouco propícia ao engajamento, desejado pelos interlocutores e pelas necessidades do "ajuste".

Creamos que o resultado da greve geral, que já comentamos aqui, deve ter contribuído para aliviar um pouco a tensão entre os credores do Brasil, pois mostrou que as lideranças trabalhistas mais temíveis têm ainda exígues possibilidades de colocar em xeque as decisões e os compromissos do governo. Em outras palavras, o que o governo brasileiro prometeu ou afiançou no novo acordo com o FMI — cujo teor não conhecemos até agora — ganhou maior credibilidade política em virtude do fracasso da greve, já que o governo em nenhum momento se viu seriamente pressionado por ela.

A outra questão que provavelmente estará sob cuidadosa observação dos credores externos é a maneira de se conduzir do presidente interino, Aureliano Chaves. Agora que já se sabe que o retorno do presidente titular vai demorar mais tempo do que parecia no início, é plausível que eles desejem ter um pouco mais de percepção sobre como trabalha o substituto, já que será

certas medidas de sacrifício — poderá resultar em acordos mais substantivos e mais sustentáveis do que os primeiros.

ainda durante sua gestão que provavelmente se irão completar as negociações.

Finalmente, o terceiro elemento de dúvida é como o Congresso Nacional, cujo recesso termina nesta semana, reagirá ao decreto presidencial que alterou a fórmula de reajustes salariais. Talvez os credores não estejam exigindo uma ratificação formal do decreto, mas certamente querem pelo menos saber, quando os deputados e senadores estiverem reunidos em Brasília, qual o clima predominante entre eles, pois isso dará o sinal não apenas sobre a receptividade política a essa medida, mas a outras que sem dúvida fazem parte dos compromissos do novo acordo.

Enfim, a lição que deve ter sido aprendida pelos credores, com o fracasso dos acordos firmados em dezembro do ano passado, é que sem um engajamento político mais amplo da nação brasileira é inútil esperar que o nosso governo cumpra compromissos. Este sempre pode alegar que não teve condições políticas, de modo que é razoável que as outras partes contratantes esperem que o nosso governo demonstre a seriedade dos seus propósitos nos embates políticos internos, quando terá de defender os acordos. A coisa é pouco útil, mas na batalha política interna o governo terá de revelar não apenas o conteúdo dos novos acordos, como persuadir a sociedade brasileira a acatá-los. O fato é que nossos credores querem ter motivos para confiar, uma vez que eles já aprenderam a não confiar nem um pouco na palavra dos ministros da área econômica.

Por isso, a insistência do presidente Figueiredo em mantê-los é, sem sombra de dúvida, o principal obstáculo a uma rápida solução do atual impasse.

Isso tudo nos sugere que, afinal, o "acerto" dos acordos será mais demorado do que parece e do que as autoridades desejariam. O que coloca imediatamente como problema de curto prazo a acumulação dos atrasos de pagamentos externos.

Não sabemos exatamente a quanto montam no momento esses atrasados. O presidente do Banco Central nos diz que chegaram a 1,35 bilhão de dólares. Mas para avaliar o significado dessa quantia precisaríamos saber em que ritmo ela está aumentando e quais os próximos grandes pagamentos que poderão ficar "pendurados". Há indícios de que nossos fornecedores de insumos e matérias-primas estão ficando inquietos e relutantes em prosseguir normalmente com suas entregas. Isto é particularmente preocupante na área de petróleo bruto e alguns derivados nobres que temos de importar.

O governo, como sempre, não considera necessário preparar o espírito do público para as possíveis consequências de uma prolongada espera pela liberação de novos créditos ao Brasil, mas nós, como jornalistas, sentimo-nos no dever de alertar pelo menos nossos leitores. É verdade que a espera — em se tratando, como pensamos, de uma atitude de prudência dos credores para ver até que ponto a sociedade brasileira, mais do que o governo, está disposta a encarar com realismo